

Prefeitura estuda plano urbanístico para viabilizar bairro inteligente e sustentável

Ana Carolina Martins

Doutor em Ciências Econômicas pela Unicamp, mestre em Administração Pública e Planejamento Urbano pela Fundação Getúlio Vargas, com especialização pelo Programa de Mestrado em Direito da USP e graduado em Arquitetura e Urbanismo, Aurílio Sérgio Costa Caiado, vem conduzindo um cargo de caráter eminentemente técnico na Administração pública de Campinas, o de secretário municipal de Finanças. E experiência e expertise para isso não lhe faltam, visto que ocupou o mesmo cargo nos municípios de Mogi das Cruzes e Sorocaba e também atuou como coordenador na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

Declaradamente apaixonado pelo que faz, Caiado, que mora em Campinas há 30 anos, pai de dois filhos e duas filhas e avô de três netos homens, não conhecia pessoalmente o então prefeito eleito, Dário Saadi, mas aceitou de pronto assumir o cargo na cidade em que escolheu para viver com a família, mulher e quatro filhos. Entusiasmado com o que encontrou na Pasta ao chegar ao Paço Municipal, o secretário, que avalia sua gestão temperada de "alguma ousadia", revelou, durante entrevista, na última quinta-feira, 3, em visita ao presidente-executivo do **Correio Popular**, Italo Hamilton Barioni, que estão sendo feitos alguns estudos nas Pastas de Planejamento e Finanças, voltados à concretização de um plano urbanístico dentro de uma área do Polo de Alta Tecnologia da Clatec, em Barão Geraldo, nos moldes previstos pelo HIDS - Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, cuja proposta é a de construir uma estrutura que combine e articule ações, por meio de parcerias e cooperações, entre interessados em prover contribuições concretas para o desenvolvimento sustentável de forma ampla, incluindo as ações que tenham impactos nos eixos social, econômico e ambiental local. Acompanhe a conversa na íntegra.

Peço que o sr., resumidamente, conte-nos como chegou até aqui, ou seja, a ocupar o cargo de secretário municipal de Finanças de Campinas.

Bem, sou capixaba, nascido no interior do Espírito Santo, em uma família que está nesse estado há mais de 200 anos, catadores de café. Estudei no Rio de Janeiro, onde fiz a graduação em Arquitetura e Urbanismo e voltei ao meu estado de origem já formado. Trabalhei por cinco anos no ES, como funcionário do governo no estado, em uma fundação de planejamento (Instituto Jones dos Santos Neves). De lá, fui convidado para ser secretário municipal da Prefeitura de Vila Velha, onde fiquei por dois anos e meio, quase três anos. Com essa experiência, descobri que não sabia nada e que tinha muito ainda a aprender. Assim, fui a São Paulo para fazer mestrado em Administração Pública. Um pouco antes disso, havia ido trabalhar na área de políticas urbanas, integrando uma equipe, dentro de um projeto do Banco Mundial, em uma proposta de desenvolvimento regional de Cariacica. Por conta dessa atividade, acabei sendo convidado por um prefeito de Vila Velha e, com 25, 26 anos, trabalhei três anos com ele. Percebi que não sabia nada sobre administração pública, que engloba processos administrativos, direito urbano, entre outros. E que, para exercer melhor a minha função de secretário lá e ser um melhor urbanista, precisava de duas coisas: saber sobre gestão pública e direito urbano.

E como o sr. resolveu essas questões?

Nessa época, já era casado e tinha dois filhos. Assim, eu e minha esposa decidimos fazer mestrado aqui em São Paulo, na Faculdade Getúlio Vargas. Eu fiz em administração pública, com ênfase em planejamento urbano, na Unicamp, e também curso de Direito, na USP, na disciplina de direito administrativo, mais especificamente em direito urbano. Fiquei lá por dois anos, fazendo também o mestrado. Fui chamado por deputados e pelo governador de SP na época, Orestes Quércia - que na época também presidia a Frente Municipalista - para trabalhar na Constituinte (em 1987), para assessorar na discussão sobre municípios e regiões. Logo, fui à Brasília, onde fiquei dois anos. E essa experiência de vida foi fantástica e valeu mais do que um mestrado. Aprendi muito lá. Contudo, mais uma vez, deparei-me com a necessidade de saber mais. Quería saber mais sobre economia.

Qual era o seu propósito em relação a essa área, a econômica?

A minha intenção era a de entender por que existem regiões, cidades, bairros ricos e outros pobres. Como acontecia essa distribuição da riqueza em uma localidade, em um país e no mundo. Quería entender bem esse tema econômico. Soube, então, por intermédio de uma amiga, que a Unicamp tinha um doutorado em economia do setor público para não economistas. Fiz a prova de seleção e passei. Desse modo, fiquei lotado no próprio campus, trabalhando lá, durante quatro anos. Na Unicamp, fui convidado a dar aulas em uma disciplina, economia urbana, durante um semestre, em Sorocaba, no início de abril de 1996. Em 94 fiz um concurso público para trabalhar no Estado, na Fundação Sea-

Ricardo Lima



Vista parcial da Fazenda Argentina, área adquirida pela Unicamp para a implantação do HIDS no polo de alta tecnologia de Campinas: planejamento urbano

ENTREVISTA

Caiado coordena plano de incentivos fiscais ao HIDS

Objetivo é atrair empresas de tecnologia da informação e comunicação



O secretário de Finanças, Aurílio Sérgio Costa Caiado, na sede do Correio Popular

de, cuidando de análises e desenvolvimento urbano regional. Na Unicamp, já havia feito estudos em regiões como Ribeirão Preto, Sorocaba, além de algumas coisas sobre Campinas. Assim, sai da escala urbana para a regional. Em Sorocaba acabei dando aulas de outras disciplinas e quando vi, o que era para ser somente um semestre, tornou-se 16 anos.

E o que o levou a aceitar o convite do prefeito Dário?

Eu não conhecia o Dário e nem ele me conhecia. Depois da minha passagem pelo governo municipal de Mogi das Cruzes, voltei para a Fundação Seade, por dois meses, até ser convidado pelo prefeito de Ribeirão Preto a assumir a presidência de uma empresa pública, chamada Coderp (Cla de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto), como fosse uma IMA aqui de Campinas. Fiquei por quase dois anos. O prefeito se reeleger e pediu que eu continuasse. Eu estava quase aceitando quando o Dário Saadi me chamou, no dia 23 de dezembro de 2020. O que me levou a aceitar? Bem, moro em Campinas há 30 anos. Chegamos, eu e minha esposa, em 1991, e decidimos nos estabelecer aqui, mais especificamente em Barão Geraldo. Tive mais dois filhos aqui, somando quatro filhos. Tenho muito orgulho de estar em Campinas e de viver aqui. Minha mulher trabalhou na Prefeitura de Campinas, durante a gestão do

Magalhães Teixeira e no primeiro mandato do Jonas Donizette. E nós, a todo momento, discutimos as questões urbanas ao longo dos anos. Então, acompanhei e acompanho a vida técnico-administrativa de Campinas.

Este é um cargo para ser ocupado por pessoas eminentemente técnicas?

Olha, é difícil um secretário de Finanças garantir a um prefeito que não haverá nenhum problema ou equívoco. Respondemos pelo que fazemos durante a nossa atuação junto à Administração pública. É o meu CPF que está lá. Se eu fizer algo errado, não será a 'Secretaria' quem vai responder, serei eu. Caso tenha alguma denúncia no Ministério Público, sou eu, pessoa física, quem dará os esclarecimentos. Por isso, tenho muito zelo e preocupação com essa questão. Porque aprendi na minha família que eles iriam me dar o conhecimento, uma boa educação, mas o resto, teria que ser comigo mesmo. Então, tudo o que eu tenho é o meu nome de família e o conhecimento - o que ninguém me tira.

Quais as principais competências para se ocupar uma Pasta de Finanças com sucesso?

Vejo duas questões básicas: a contábil, com alguma profundidade, porque, embora eu não seja um contabilista, preciso entender



Respondemos pelo que fazemos durante a nossa atuação junto à Administração pública. É o meu CPF que está lá. Se eu fizer algo errado, não será a 'Secretaria' quem vai responder, serei eu. Por isso, tenho muito zelo e preocupação com essa questão

um mínimo sobre os lançamentos. Os registros e lançamentos são feitos por uma profissional da área, porém, sou eu quem irá orientá-lo. Logo, tenho que saber sobre o que estou falando. Conhecer todas as regras e normas, tanto do Tribunal de Contas quanto da Secretaria do Tesouro Nacional. A segunda é a questão tributária, que é fundamental, mas um universo um tanto quanto árido. Porque é tudo muito regado. Diferentemente da iniciativa privada, esfera em que você pode fazer tudo desde que a lei não proíba, na esfera pública, você só faz aquilo que a lei permite.

Ao assumir o cargo aqui em Campinas, o que o sr. encontrou? Qual era a situação?

Encontrei um setor muito bem estruturado. Uma Secretaria de Finanças dotada de pessoas muito bem preparadas e capacitadas, tudo muito bem organizado. Na primeira semana, brincando com o prefeito, quando ele me perguntou como estava lá, respondi que o secretário não estava fazendo falta (risos). Ou seja, estava tudo caminhando, fluxo normal. É claro que existem coisas, como funcionários de carreira, focados, mas que já estão lá há 15, 20, 25 anos, e, por vezes, não receberam as atualizações necessárias, não acompanharam todas as discussões na sua área. É isso abre a necessidade e possibilidade de pequenos ajustes. São coisas que até passaríamos despercebidas em uma gestão. Com o tempo, fomos melhorando, conversando, e as coisas estão se ajustando.

O prefeito Dário deu alguma orientação ou fez algum pedido específico ao sr. na condução da Pasta?

Não. Eu é que me preocupi em ler o programa de governo dele. Fizemos, inclusive, o plano de metas dele no início do governo para encaminhá-lo à Câmara. E esse plano passou a ser a minha 'Bíblia', minha referência de trabalho como um todo. Para Finanças, especificamente, ele me disse: 'Faça o melhor, o que for correto, não vou pedir-lhe absolutamente nada. E se alguém lhe disser que eu pedi alguma coisa, não acredite. Venha e fale comigo'. Da mesma forma fiz em relação a ele. Que conversas comigo caso alguém lhe falasse em meu nome. O prefeito e eu nos falamos três a quatro vezes por dia.

Como foi gerenciar o impacto da pandemia nas finanças do município?

Muito complicado. Em 2020, foi difícil. Mas, pelo menos, no final do ano, o governo federal enviou ajuda financeira aos municípios, tanto para reforçar o SUS quanto para desvincular as exigências legais em torno dos gastos. Já em 2021, não houve qualquer apoio. E a Prefeitura teve que se virar com os recursos próprios disponíveis. Felizmente, a arrecadação deu uma leve melhorada ano passado. Não porque tenha aumentado, mas porque deixou de cair. Em momentos de crise, as pessoas optam por postergar algumas contas, e, geralmente, isso recai no tributo direto, principalmente no municipal. O federal vem descontando na fonte, além de outros impostos que são embutidos nos valores dos produtos, serviços e mercadorias, por exemplo. Impostos como o IPTU e ITBI são muito antipáticos para a população em geral. Imagine você comprar um imóvel a duras penas e depois ter que pagar imposto para a Prefeitura na hora de comercializá-lo. Só que não é para a Prefeitura. É para manter os serviços da cidade. Em 2020, houve uma queda no pagamento de IPTU por volta de 30%. Em 2021, suavizou um pouquinho essa queda, de forma que conseguimos atingir o que foi orçado para o período apenas. Atingimos o patamar básico. Graças ao Refis também.

Muitas vezes o contribuinte não consegue "ver" onde o dinheiro dos tributos está sendo usado? Falta um melhor esclarecimento da aplicação desses recursos?

Eu diria que o contribuinte nem sequer percebe que está pagando o tributo na maioria das vezes. Você faz um financiamento e paga o IOF. Quem presta atenção nisso? A carga tributária é de cerca de 35% no Brasil, ou seja, um terço de tudo o que eu ganho trabalhando vai para o governo. Mas a grande parte vai para esfera federal. E qual é o retorno que o cidadão de Campinas tem desse tributo? Menos de 10% disso chega ao município.

Há uma grita geral todo ano em torno dos valores do IPTU. Qual a sua visão sobre esse tema?

A sensação que eu tenho é a de que esse movimento contra o IPTU vem se reduzindo, porque a base de cálculo dele é o imóvel. Claro que ele é um imposto antipático, porque é cobrado de uma vez e não ao longo do fluxo. O imposto de renda, por exemplo, é pago no fluxo, ou seja, é descontado mensalmente. No caso do IPTU, ele é pago sobre o valor do imóvel, ou seja, valor de estoque (somatória de todos os gastos, despesas e possíveis valores comerciais que exercem influência sobre o bem). É como o IPVA, você paga sobre o valor do bem. O valor do imóvel não é corrigido naturalmente pela inflação. As regiões da cidade sofrem uma oscilação dinâmica em relação aos preços do metro quadrado de cada região, bairro. Algumas áreas se valorizam com o tempo, enquanto outras se desvalorizam dinamicamente. Quando se passam cinco, dez anos, sem que o mapa de valor seja atualizado, e isso ocorre, verifica-se que algumas áreas se supervalorizam, enquanto outras perdem valor. Nesse momento o contribuinte se assusta com o valor cobrado, que pode contemplar uma alta de 40, 60, 75% de alta, por conta do valor venal atualizado do seu imóvel.

E quando ocorreu a última atualização do mapa de valores em Campinas?

A última em 2017. A partir deste ano, foi criada uma lei instituindo que essa atualização deve ser feita no primeiro ano de cada governo. Justamente para evitar uma defasagem muito grande de valores. No ano passado, contudo, a atualização não ocorreu por conta da pandemia. Assim, nesse período houve apenas a atualização da inflação. No próximo mandato, essa lei será cumprida provavelmente. Quando o prefeito decidiu fazer o Refis no ano passado, o que concordou plenamente, foi no sentido de ajudar a população face ao sofrimento causado pela pandemia, oferecendo uma condição melhor de pagamento.

O sr. pode elencar três prioridades que o preocupam na gestão de Finanças da Prefeitura?

Não só eu, mas a gestão, como um todo, tem uma grande preocupação de facilitar a vida do cidadão. Isso significa oferecer todos os serviços com acesso fácil, rápido e seguro, em qualquer lugar onde ele esteja. Não adianta ter atendentes durante nove, dez horas por dia. Preciso ter atendentes 24 horas, os sete dias da semana. Isso é possível trocando o atendente por um chatbot, que realizará alguns processos corretamente e agilidade. Queremos atualizar completamente a maneira como ofertamos os serviços da Prefeitura hoje, ampliando ainda mais esse cardápio. Hoje, praticamente todos os serviços da área de finanças podem ser resolvidos on-line. O último Refis, para pessoa física, foi todo on-line. A segunda preocupação é melhorar os fluxos dos procedimentos internos, buscando, mais uma vez, agilidade nas respostas às demandas. Queremos isso para todos setores e já estamos. A terceira preocupação é com a atualização das plataformas de informática destinadas ao trabalho interno, visto que somente consigo oferecer um atendimento mais rápido, à medida em que os processos internos sejam respondidos prontamente. A ideia é de atualizar o parque tecnológico da Secretaria de Finanças, para prestar um serviço cada vez melhor ao cidadão. Nosso foco é o cidadão.

Como estão as finanças de Campinas hoje?

O prefeito Jonas Donizete assumiu a Administração em um momento de crise muito forte. Nos dois mandatos dele, além da missão de reerguer a Prefeitura e reconquistar a confiança dos servidores públicos e da população na gestão pública, ele enfrentou crise financeira na cidade e no país, culminando com o início da pandemia. E ele conseguiu passar por tudo isso de forma correta. Ele e a equipe recolocaram a Prefeitura no lugar devido perante a população e servido-

ENTREVISTA

Missão é facilitar a vida do cidadão, diz secretário

Para Caiado, o foco principal é ofertar serviços de fácil acesso e seguro



Vista geral do Centro de Campinas, tendendo à direita o prédio da Prefeitura de Campinas; devido à pandemia, a arrecadação de IPTU caiu cerca de 30% em 2020



O secretário de Finanças de Campinas, Aurílio Sérgio Costa Caiado, fala para empresários em evento realizado em São Paulo, sobre as vantagens e benefícios de se investir na cidade

res. Dário pegou a gestão ainda em situação de desequilíbrio, no sentido de que não havia superávit financeiro. E, por essa condição, de não ter superávit, o governo federal não concede aval da União para financiamentos, nem nacional, nem internacional. Porque esse é um dos indicadores considerados para avaliar créditos. E essa foi a nossa tarefa no primeiro ano, chegar em um patamar de superávit. E conseguimos. Então, respondendo à sua pergunta: hoje as contas da Prefeitura estão em equilíbrio. Depois de muita mão firme sobre os gastos. Ainda não estamos em um patamar confortável, mas a ideia é a de chegar lá.

O sr. se considera um técnico conservador ou gosta de correr perigo em alguns momentos?

Acho que sou um técnico diferente, que gosta de ter um pouco de ousadia. Quando o prefeito pediu que pensássemos como ajudar aos MEIs, micro e pequenos empresários, reunimos várias

ideias e o prefeito lançou o País (Plano de Ativação Econômico Social), que engloba 19 iniciativas. O primeiro anúncio foi a apresentação do Reconecta, com a criação de um fundo de aval, por parte da Prefeitura, que dá garantia a financiamentos privados aos pequenos negócios. Essa ação é a primeira neste formato no Estado de São Paulo e não sabíamos como o Tribunal de Contas veria isso, então ousamos, porque implantamos recentemente esse plano, que sai um pouco do receituário da função precípua da Secretaria de Finanças, para atuar mais na área do Gabinete do prefeito e da Pasta de Desenvolvimento. São parcerias que fogem do conservadorismo, mas que podem funcionar muito bem.

E o evento realizado na capital há alguns dias para "vender" Campinas?

O País é composto por ações, cuja maioria é de iniciativas econômicas-financeiras, incluindo uma série de medidas que busca tornar Campinas mais atrativa a empresas, negócios e em-



Região da antiga rodoviária de Campinas, onde está sendo construído um hospital: revitalização urbana

preendimentos que queiram se instalar na cidade. Campinas tinha cinco leis de incentivos fiscais, das quais três ainda em vigor e duas ainda com seus efeitos. Suspendemos todas, criando uma lei apenas, mais ampla, abrangente e ousada. Acharmos importante mostrar Campinas. Em uma parceria muito feliz com o grupo de empresários Avanço Campinas, ocorreu a sugestão de realizar um evento em São Paulo -, o que se mostrou uma excelente ideia - para mostrar a empresários de outras localidades o que a cidade tem a oferecer, atrair novos empreendimentos, que se revertam em geração de empregos (50% das vagas devem ser destinadas a campineiros). Existe uma engenharia financeira para fazer essa renda circular pela cidade e produzir mais desenvolvimento.

O que ainda está por vir no horizonte de Campinas?

Nós fizemos uma legislação para Campinas como um todo voltada à atração de empreendimentos, mas estão sendo feitos alguns estudos nas Pastas de Planejamento e Finanças voltados à concretização de um plano urbanístico dentro de uma área do Polo de Alta Tecnologia da Clattec, em Barão Geraldo, nos moldes previstos pelo HIDS (Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável - cuja proposta é a de construir uma estrutura que combine e articule ações, mediante parcerias e cooperações entre instituições que possuem competências e interesses voltados ao desenvolvimento sustentável de forma ampla, incluindo as ações que tenham impactos nos eixos social, econômico e ambiental), para o qual a universidade conseguiu (em março de 2020 apoio e recurso do BID, de US\$ 1 milhão). Já acompanhamos toda a discussão sobre o Hids, mas não adianta nada ter a proposta lá e isso não virar legislação, se ela não for adequada ao plano diretor de Campinas.

Qual está sendo a participação da Prefeitura nesse projeto?

A Secretaria de Planejamento está elaborando um plano urbanístico específico, com parâmetros de cidade inteligente, inclusiva, tecnológica e ambientalmente adequada, enquanto a Secretaria de Finanças responderá pela elaboração de um sistema específico de incentivos fiscais para atrair para aquela área empresas de tecnologia da informação e de comunicação e de serviços tecnológicos. Neste mês de março, a Pasta de Planejamento vai realizar um workshop para discutir, com grandes urbanistas nacionais, como isso pode ser feito e funcionar para o mercado, visto que a propriedade lá é toda privada. Temos por meta uma equalização da proposta, contemplando o tripé formado pelas instituições, os incentivos - o que você vai apoiar que acontece ali - e a iniciativa privada. O prefeito também tem uma preocupação muito grande com a revitalização do Centro da cidade. Ele cobra muito isso. Já temos até uma proposta de requalificação da área central da diretoria da regional Campinas do Seconv SP. Essa empreitada da Pasta de Planejamento também tem a incumbência de tratar da questão de como podemos atrair novos empreendimentos para o Centro.

Alguém tão ligado à área de Exatas, como o sr., o que faz para relaxar nas horas livres?

O meu hobby são as plantas. Eu tenho um pequeno sítio no Espírito Santo, em Jerônimo Monteiro, que eu herdei e meus irmãos cuidam dele para mim. Tenho uma enorme paixão por ele. É uma propriedade que foi do meu pai, avô e do meu bisavô e, nela, tem um pedacinho que é só meu. Sempre que possível, vou até lá. Na minha casa, aqui em Barão Geraldo, tenho também muitas plantas e gosto muito de mexer com elas aos finais de semana. Mexer com terra, trocar as plantas de vaso, aguçá-las... isso me desstessa muito. E também tenho os meus cachorros.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 4 e 5